

PECUÁRIA BOVINA DE CORTE: DESENVOLVIMENTO E DESAFIOS PARA O
ESTADO DA BAHIA

ARIVAL CONCEIÇÃO DA CRUZ

Mestre em Economia, Professor da FVC

Salvador

2011

PECUÁRIA BOVINA DE CORTE: DESENVOLVIMENTO E DESAFIOS PARA O ESTADO DA BAHIA

RESUMO

Discute-se neste artigo que a pecuária bovina de corte tem um papel fundamental no agronegócio do estado da Bahia, contribuindo de forma significativa para o crescimento de sua economia, mas apresenta um quadro de contrastes. Pois, em termos de efetivo, o rebanho bovino não teve um crescimento representativo, registrando-se o tímido aumento de 8%, nos últimos dez anos. O mesmo em relação à produção de carne que, de 2003 a 2006, apresentou apenas um crescimento de 7%. Em contrapartida, verifica-se que sua produtividade teve muitos avanços nos últimos dez anos, graças ao uso da tecnologia disponível de manejo do rebanho, que contribuíram com a redução da idade de abate dos animais de 42 para 30 meses, e a idade reprodutiva que caiu de 30 para 18 meses. Porém, em sua cadeia de produção, existem dificuldades de infraestrutura e gestão para o abate e comercialização, que se agrava ainda mais para os pequenos criadores.

Palavras chaves:pecuária bovina de corte, manejo do rebanho, cadeia de produção

ABSTRACT.

It is argued in this article that the beef cattle have a key role in agribusiness in the state of Bahia, contributing significantly to the growth of its economy, but provides a framework of contrasts. Well, in terms of effective, the cattle did not have a representative growth, registering a slight increase of 8% over the last ten years. The same applies to the production of meat, from 2003 to 2006, showed only a 7% increase. In contrast, it appears that their productivity had many advances over the past ten years, thanks to the use of available technology for herd management, which contributed to lowering the age of slaughter of animals from 42 to 30 months, and reproductive age who fell from 30 to 18 months. However, in its production chain, there are difficulties in infrastructure for the slaughter and marketing, which is even worse for small farmers.

Words keys: cattle bovine of cut, handling of herd, chain of production

INTRODUÇÃO

Atualmente a Bahia conta com um rebanho de aproximadamente de 10.5 milhões de cabeças de gado bovino (IBGE/PAM; 2010). Estas vantagens acabam por lhe colocar à frente dos demais estados do Norte e Nordeste, em termos de acessibilidade aos grandes mercados internos e externos. Assume ainda, uma posição de liderança regional na modernização de sua cadeia de produção de carne bovina, e detém o “Certificado de Zona Livre da Febre Aftosa”. Com isto garante o seu acesso ao mercado internacional. Mas foi apenas a partir dos anos 80, que a agropecuária baiana melhorou seu perfil competitivo e, hoje, são abatidos em seus frigoríficos em torno de 1.6 milhões de cabeças ao ano e com uma taxa de desfrute de 16% aa.

Objetiva-se , com este artigo, fazer um diagnóstico da cadeia de produção de carne bovina no Estado da Bahia, abordando as peculiaridades que tem produzido barreiras ao seu desenvolvimento, além de apresentar dados sobre sua comercialização e rendimentos em seus diversos níveis da cadeia produtiva.

Justifica-se a publicação deste artigo, por entender que o meio acadêmico não pode se omitir perante as grandes questões do Estado da Bahia acreditando-se que com o texto pode-se abrir uma discussão da questão “carne sadia”, fundamental para o profissional do agronegócio do Estado e de grande valia aos gestores do agronegócio e administradores rurais.

Como revisão da literatura, foram feitas consultas bibliográficas e documentais em autores devidamente listados no referencial deste artigo e buscou-se o apoio de artigos de pesquisadores do agronegócio da pecuária do estado da Bahia, publicados pela Revista Bahia Agrícola, editada pela SEAGRI-BA.

PECULIARIDADES DO REBANHO BOVINO DA BAHIA

Na Bahia, o potencial de produção do rebanho bovino tem sido pouco representativo. Sabe-se que do boi tudo é aproveitado, no entanto a cadeia da pecuária de corte apresenta inúmeras fragilidades. O setor está restrito praticamente à comercialização da carne. Se faz

necessário investimentos na cadeia produtiva de maneira que a pecuária de corte possa consolidar uma relação de oferta e procura com retornos financeiros justos ao produtor e um preço mais acessível e uma variedade de produtos ao consumidor.

O Brasil, incluindo o estado da Bahia, avançou muito na genética, na tecnologia e na profissionalização, mas o preço da arroba do boi gordo tem notificado constantes quedas.

A taxa de retorno com a pecuária de corte no estado depende muito de sua escala de produção, isso devido à baixa taxa de lucro unitário, o que é bastante peculiar nas atividades rurais, onde impera o custo de oportunidade nas diversificações de cultura, o que é menos aplicável na pecuária, decorrente de sua padronização natural.

Outro desafio enfrentado pelo Estado é a evolução dos frigoríficos, de simples desmontadores de carcaça bovina para unidades industriais, da produção e fomento de um polo, para um leque de subprodutos. A carne aqui é consumida in natura e inexistem processos de industrialização visando exportação para mercados mais exigentes.

Muitos autores sugerem a criação de polos de produção de carne no Estado, levando-se em conta a localização estratégica e potencialidade de cada uma das regiões mais produtivas da pecuária de corte, visando desenvolver a linha de subprodutos.

A EVOLUÇÃO NO MANEJO DO REBANHO BOVINO NA BAHIA

Entre os estados do Nordeste, a Bahia apresenta os melhores resultados do ponto de vista da modernização do processo produtivo agropecuário. Nas duas últimas décadas, a diversificação e ampliação da produção ocorreu de maneira contundente. Mais precisamente, a partir dos anos 80, a agropecuária baiana melhorou seu perfil competitivo. Em relação a carne bovina, essa realidade pode ser observada no quadro 1, que contém uma série que vai de 1991 a 2008, onde o estado se destaca como o maior produtor de carne bovina da região Nordeste do País.

Quadro 1 -Produção de carne, em toneladas;1991-2008

ANOS	Bahia	Nordeste	Brasil
1991	405.714	1.033.139	5.811.667
1992	423.407	1.171.688	6.196.181
1993	351.582	1.066.197	6.010.740
1994	357.649	1.017.894	6.021.040
1995	365.022	1.028.236	6.466.942
1996	382.424	1.016.405	6.862.532
1997	405.891	1.077.020	6.410.969
1998	383.113	1.147.927	6.500.633
1999	377.962	1.141.302	6.567.033
2000	380.921	1.132.305	6.455.921
2001	546.419	1.088.639	6.753.739
2002	444.803	999.233	6.952.308
2003	469.365	1.048.983	7.159.240
2004	416.221	995.926	7.576.933
2005	452.787	1.049.086	8.151.498
2006	464.773	1.101.076	8.600.230
2007	433.377	1.020.920	7.783.293
2008	448.196	1.042.626	7.328.464

Fonte: Anuário da Pecuária Brasileira.(2006) ; (2008).

A Bahia é responsável por 43% da produção de carne bovina do Nordeste Brasileiro e responde por 25% da produção nacional, (dados de 2008) com uma taxa de abate de 44,2% abaixo 1% da média nacional.

Com base nos dados colhidos pela SEAGRI, em 2003, foram abatidos no Estado, 1.631.086 cabeças, com a taxa de desfrute de 16%, e carcaça de 230kg, foram inspecionadas pelo SIE/SIEF, nesse ano 34% de todo abate, que somou um total de 373.149 toneladas equiv/carcaça.

No entanto, foram muitos os fatores macroeconômicos que contribuíram negativamente no desempenho dessa atividade em todo Brasil, tendo o preço como fator fundamental no

estímulo aos investimentos pecuários. Nos dados do ANUALPEC (2008) constam que o preço médio do boi gordo em 1990 era de US\$ 39,7 e em 2002 chegou a US\$19,5 a arroba. Na Bahia, além da questão do preço médio e do crédito com o alto endividamento do setor, houve um longo período de estiagem que atingiu duramente todos os estados do Nordeste, a exemplo do corrido entre 1993 a 1996, que dizimou parte considerável de seu rebanho, a falta de política para o desempenho de sua cadeia.

Sensível a esses problemas é que a partir de 1995, intensificou-se na Bahia uma política traduzida em esforços do Governo do Estado buscando acelerar o seu crescimento.

A parceria firmada entre Secretaria de Agricultura e agentes financeiros teve como fundamentos a promoção e o desenvolvimento dos programas eleitos pelo Estado como prioritários e estratégicos, concentrando os recursos financeiros e técnicos nesses programas, assegurando-se a racionalidade de uso dos recursos públicos com base nos planos de trabalho de ambas as instituições.

Graças a essa parceria foi possível no fim da década de 90 e início dos anos 2000, o avanço significativo no setor pecuário. O segmento pecuário baiano engajado nas diretrizes de plano de governo, perseguiu a meta de desenvolvimento com geração de emprego e renda, o que alcançou desempenho traduzido pelos índices de crescimento do rebanho, aumento da oferta de carne, leite e derivados, aliados a diversificação de produtos e mais a atração de investimentos em diversos setores da pecuária.

Ainda nesse período, esforços conjuntos do governo do Estado e pecuaristas no sentido de erradicar a Febre Aftosa foram intensificados a índices de vacinação de mais de 90% do seu rebanho bovino. A partir de 2001, com certificação de zona livre de Febre Aftosa com vacinação, o Estado habilitou-se ao mercado externo.

Visando melhorar a qualidade da carne consumida no Estado e aumentar a segurança alimentar na cadeia de distribuição e comercialização de carne, em 2006, o Governo do Estado criou o Programa de Incentivo à Construção de Entrepósitos e Modernização da Estrutura de Distribuição de Carne, destinado à modernização do acondicionamento e do transporte de carne.

O Programa consiste numa ação conjunta da SEAGRI, SICM, SEFAZ, e DESENBAHIA, em parceria com as Prefeituras Municipais que venham a participar. Caberá ao Governo do

Estado promover a infraestrutura necessária à construção e operação dos entrepostos. A DESENBAHIA tornará disponíveis linhas de crédito, em condições especiais, para o financiamento dos entrepostos e dos caminhões refrigerados. As Prefeituras Municipais interessadas serão responsáveis pelo acesso, arruamento e pavimentação e, caso necessário, a doação do terreno e execução de obras de terraplanagem.

O programa prevê o financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES, através do DESENBAHIA, para a construção, a partir de 2006, de entrepostos de diversas capacidades, numa estimativa do investimento em cada caso. Paralelamente ao término da construção dos entrepostos, serão financiados caminhões refrigerados para a distribuição da carne. Para cada cinco entrepostos financiados, o empresário poderá financiar um caminhão baú-isotérmico com capacidade de cargas em torno de 10 toneladas e para cada dois entrepostos construídos o programa irá financiar um caminhão baú-isotérmico com capacidade para 04 toneladas. Depois de algum tempo parado, esse programa está sendo relançado, agora, em 2011, pela Secretaria da Agricultura, sob o comando da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB.

A Secretaria de Agricultura Irrigação e Reforma Agrária - SEAGRI vem atuando em todos os municípios do Estado, promovendo ações integradas com todos os segmentos das cadeias produtivas, formando parcerias, capacitando produtores e trabalhadores rurais, estimulando o associativismo, criando câmaras construtivas do leite e da carne e dedicando atenção especial as atividades familiares desse segmento, por meio de superintendência específica (SUAF).

Porém, é visível que as respostas desses investimentos têm resultado mais positivo no segmento da produção de carne e menos no segmento da produção de leite, com o revelam os dados constantes no quadro 02 que se segue.

Quadro 2 – Pecuária por aptidão, Bahia;2003/2008.

ANO	LEITE	CORTE	TOTAL
2003	3.569.046	6.465.173	10.034.219
2008	3.732.1003	7.146.421	10.878.584

Fonte:ANUALPEC; (2004/2008)

Nesse quadro apresenta-se um indicativo de que o rebanho bovino do estado da Bahia tem especialização em gado de corte, com percentual acima dos 65%. Sabe-se ainda que este percentual pode ainda se maior, se for apurado a existência de grande parte de vacas que são usadas na produção de leite e que não são de raça específica para tal.

No tocante à pecuária de corte, foi criado o Programa Estadual de Apoio à Produção da Pecuária de Corte, envolvendo todo o Estado, priorizando o Território Itapetinga e o Território Velho Chico, visando promover a recuperação e o desenvolvimento da Bovinocultura de Corte, tornando-a uma atividade mais produtiva, lucrativa e competitiva.

O Governo do Estado por meio da SEAGRI, instituiu o programa de profissionalização de produtores rurais o CENTROCORTE E CENTREPEC, ministrando cursos com conteúdo programático nas áreas de administração rural básica, manejo e conservação do solo e da água, manejo alimentar e sanitário do rebanho. Englobam ainda, a criação de um centro de referência de gado de corte, no município de Coribe, visando, sobretudo, a formação e qualificação de produtores e técnicos, bem como apoiar a difusão de tecnologia de produção de gado de corte.

O Programa Novilho Precoce criado em junho de 1996, foi desenvolvido pela SEAGRI com sucesso, cujo objetivo geral era o de promover o aumento do efetivo do rebanho bovino, da produtividade e da qualidade da carne ofertada à população, mediante a difusão de tecnologias que possibilitariam o aumento do desfrute do rebanho, com abate de animais em até 30 meses de idade. Este Programa forneceu os subsídios para a instalação do Programa de Incentivo à Construção de Entrepósitos e Modernização da Estrutura de Distribuição de carnes – CARNE SAUDÁVEL.

O fato de a Bahia ter sido considerada zona livre de Aftosa deu novo impulso ao programa, bem como a todas as atividades relacionadas com a pecuária, já se obteve um novo campo para as exportações. E, vale lembrar, a carne bovina produzida na Bahia atende perfeitamente aos padrões exigidos pelos consumidores norte-americanos, japoneses e europeus, principalmente.

As barreiras protecionistas impostas aos produtos agropecuários brasileiros no mercado internacional tem sido uma preocupação constante do Ministério da Agricultura e de toda

cadeia produtiva de carne bovina, mesmo com os avanços na sanidade animal e produtividade, melhorando os padrões de qualidade (ALVES, 2000).

A população baiana consome 27,7kg de carne per capita/ano, bem abaixo da média brasileira que é de 36,5kg, segundo dados da FGV. Mesmo com esse baixo consumo, o consumidor tem tido acesso a uma carne de qualidade superior, graças aos programas do Governo do Estado.

Os programas agropecuários do Estado além de contar com o apoio do Governo Federal e de instituições privadas, disponibilizam o apoio social aos municípios de sua abrangência em todas os territórios do Estado e em particular aqueles de maior tradição na atividade.

RASTREABILIDADE E NOVILHO PRECOCE: AVANÇOS NA CADEIA PRODUTIVA

A pecuária de corte brasileira vivencia os mesmos contrastes de outros segmentos produtivos no país, enfrentando desde cenário de pouca eficiência produtiva com dificuldades elementares, até ilhas de excelência produtiva com desfrute de tecnologia que capacitam o setor a atender de forma minuciosa os mais exigentes mercados internacionais.

Um dos mais notáveis avanços nessa área são os projetos inovadores de genética que resultam em um bom produto final, um corte ideal de carne de primeiríssima qualidade, com condições de conseguir até o dobro do valor obtido com a carne tradicional nos melhores mercados internacionais. Projetos que se destacam por usar um sistema completo de rastreabilidade capaz de acompanhar todo o histórico da carne, desde a propriedade de origem, passando pela genética utilizada as condições de manejo, abate nos frigoríficos, até o ponto de venda.

A pecuária nacional avança tecnologicamente pelo sistema de produção de carne, “novilho precoce”. Desenvolvido em um programa sistemático, que foi implantado primeiramente no Estado do Mato Grosso do Sul, entre 1992 e 1994, depois vários outros Estados desenvolveram programas semelhantes, o que deu ao programa uma projeção nacional.

A implantação do programa de produção do novilho precoce provocou uma mudança contundente na atividade quando pecuaristas já admitiam a insustentável situação da pecuária tradicional e a necessidade inevitável do avanço do sistema de criação.

Nesse momento, os pecuaristas saíram em busca de alternativas para a ineficiência produtiva. Houve um incremento significativo em relação ao emprego de tecnologias de produção, que resultou no desenvolvimento de um moderno sistema de produção de bovino que pode ser abatido com, no máximo, 30 meses de idade com 14 a 15 arrobas de peso.

Em torno de 38% do total de abate do Estado já são de novilhos com menos de 30 meses de idade. Em alguns Territórios do Estado, como Extremo Sul, este percentual já passa dos 70% (BAHIA, Secretaria da Agricultura, 2001). A criação de novilho precoce tem sido importante referencial de crescimento e mecanização no setor de pecuária de corte. O custo de produção chega a ser até 30% menor, resultando em um produto diferenciado, com uma carne mais macia e saborosa.

AS QUESTÕES DA CADEIA PRODUTIVA DA CARNE BOVINA DO ESTADO DA BAHIA

São muitas as peculiaridades que afetam a cadeia produtiva da carne na Bahia. A presença dos intermediários ainda tem grande peso na atividade, são comerciantes que atuam em diversos elos da cadeia e provocam o atraso do processo de modernização da agropecuária. São conhecidos como marchantes que compram o gado em pé, pagam ao frigorífico para fazer o abate e depois vendem a carne aos açougueiros, e esse fato é muito comum aos pecuaristas de pouco rebanho, pequenos e médios criadores. O comércio dessa carne é geralmente feito em pequenos estabelecimentos, geralmente microempresas, espalhados em todo interior do estado.

Antes da Portaria 304 do Ministério da Agricultura, que exigiu resfriamento e embalagem dos cortes primários, esses comerciantes chegaram a deter 80% do mercado formal de carnes (FRANCO, 1999). Essas medidas os atingiram duramente, porém muitos comerciantes conseguiram se adaptar a essa realidade e continuam funcionando normalmente, respondendo com um percentual significativo do volume de carne processado pelos frigoríficos.

A cadeia produtiva de carne na Bahia se organizou com especificidades que tornou os

marchantes e os frigoríficos concorrentes diretos disputando o mesmo produto – boi gordo – e os mesmos clientes – os distribuidores – uma disputa quase sempre desigual, pois muitos intermediários não pagam impostos e não sofrem os pesados encargos da estruturação de um abatedouro. Ainda conseguem impor preços, pois detêm um grande número de fornecedores, gerando queda de rentabilidade em todo o segmento.

Para aliviar as ações desses intermediários o setor conta com a implantação e fiscalização da portaria 145 do Ministério da Agricultura, que prevê a entrega de carne já desossada nos pontos de varejo, o que onera os custos desses comerciantes e desestimula sua atração, e com a portaria 304 do Ministério da Agricultura, que obriga o transporte com resfriamento dos cortes primários de carnes, também ajudou a inibir os intermediários, mesmo assim, muitos deles investiram na aquisição de caminhões frigoríficos e se motivaram no negócio, o que se presencia na maioria das cidades do interior do estado.

Outra dificuldade é o abate clandestino, o que ocorre sem a inspeção sanitária e sem o pagamento de impostos, estima-se que cerca de 45% dos abates no Brasil, não são assistidos por nenhum serviço de inspeção federal ou estadual (ALVES, 2001). A circulação de carne clandestina em todo o Brasil é uma triste realidade histórica.

Em vários Territórios do Estado a população consome carne de procedência duvidosa, já que ainda ocorre o abate feito em pontos clandestinos, principalmente no interior dos municípios, onde os órgãos de inspeção têm dificuldades de acesso.

Ressalva-se, no entanto, que na sua quase totalidade, os municípios baianos, já sofrem pesada inspeção, no cumprimento da portaria 304 do ministério da Agricultura.

Os frigoríficos fiscalizados precisam se modernizar e ampliar suas instalações. A carne desossada nos frigoríficos, com fiscalização Federal recebe o selo do Serviço de Inspeção Federal – SIF, no caso dos frigoríficos inspecionados pelo estado, a carne aprovada recebe o Selo de Inspeção Estadual – SIE. Esses selos confirmam apenas que o animal abatido não está contaminado com alguma doença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que o desenvolvimento da atividade pecuária de corte na Bahia é indiscutível, tendo seu perfil tecnológico avançado significativamente nas últimas décadas. É possível perceber que em toda cadeia de produção bovina são notáveis as iniciativas de modernização do setor, uma tendência que nos parece irreversível também para a Bahia, embora apresente ainda muitas dificuldades a serem vencidas, como é caso de alguns segmentos da cadeia.

Pode-se verificar, nos indicadores aqui apresentados, algumas providências dos setores públicos e privados visando o aumento da produtividade da carne e a melhor organização de sua cadeia de produção, processo que indica a necessidade de profissionais Administradores na reestruturação e modernização dessa cadeia produtiva. No entanto, conclui-se que mesmo com esses esforços apresentados, não se tem conseguido refletir toda realidade de sua cadeia, a exemplo da taxa de retorno e da organização dos criadores de pequeno a médio porte que continuam reféns do poder do intermediário para o abate clandestino e até mesmo nos frigoríficos inspecionados. Isso se agrava pela falta de disponibilidade de uma política de crédito mais direcionada para a organização social de produtores e de apoio logístico para o setor.

REFERÊNCIAS

- AFTOSA. Negócios agrícolas, Salvador: Seagri, v.4, n.15, p.30-52, mar 2001.
- ALMEIDA, Antonio João de et al. Novilho precoce: caminho para o sucesso na pecuária. Pecuária de Corte. V 11 n.95, p.49-52, fev. 2000.
- BACHA, Carlos José Caetano. Economia e Política Agrícola no Brasil. São Paulo: Atlas, 2004.
- BAHIA. Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. Cenários de uma agricultura. Salvador: SEAGRI, 2001. Cap. 03.
- BAHIA. Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. PIB do agronegócio baiano, 2000 a 2005. Salvador, SEAGRI, 2006.
- BATALHA, Mario Otávio (Coord.). Gestão Agroindustrial. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- BUSCA da qualidade. Negócios agrícolas, Salvador: Seagri, v.4,n,15, p.36-39, março de 2001.
- CRUZ, Arival Conceição da et al. Carne bovina: considerações sobre a cadeia produtiva. Revista Bahia Agrícola, v.4, n.3, dez. 2001, p.35-42.
- FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

GRAZIANO DA SILVA, José. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: Unicamp, 1998.